Capítulo 1

Precursos do sionismo

Alexandre Lissovsky

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LISSOVSKY, A. *2000 anos depois: o renascimento de Israel* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Precursos do sionismo. pp. 20-48. ISBN: 978-85-7982-003-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 1

PRECURSORES DO SIONISMO

O judeu é conforme o fizemos.

Macaulay

O veterano sionista inglês Harry Sacher começa seu livro sobre o estabelecimento do Estado de Israel afirmando que os primeiros sionistas foram aqueles cativos que sentados às margens dos rios da Babilônia choravam ao se lembrarem de Sião. Não querendo remontar tão longe, e restringindo-nos aos tempos modernos, podemos dizer que o primeiro plano para a restauração, por meios práticos e não sobrenaturais, de um Estado Judeu na Palestina data do século XVI. Devemo-lo a Joseph Nasi, judeu de origem ibérica radicado no Império Otomano. Ali gozava ele de grande prestígio (o sultão Selim II chegou a agraciá-lo com o título de duque de Naxos); valendo-se de sua influência junto ao governo, obteve, em 1561, a concessão da cidade de Tiberíade e arredores, onde se propunha estabelecer o núcleo de um Estado Judeu semiautônomo que serviria de refúgio para judeus perseguidos da Europa. Homem prático, empreendeu a restauração da cidade, cercou-a de muralhas, tentou criar indústrias: e isso não obstante os protestos do delegado apostólico na Palestina, Bonifácio de Ragusa, que clamava contra “a vinda dessas víboras, piores que aquelas que se encontram nas ruínas da cidade”. Entretanto, à semelhança do que ocorrera com a maior parte dos precursores, as ideias de Nasi estavam por demais adiantadas à sua época, e foram poucos os judeus que vieram se instalar em Tiberíade¹.

¹ Comenta o historiador Cecil Roth: “Escasso encorajamento poderia vir dos rabinos, mergulhados em sua casuística; ou dos místicos, convencidos de que a Redenção só podia

Em fins do século seguinte um mercador dinamarquês, Oliger Paulli, formulou planos bastante detalhados para um Estado Judeu apresentando-os a vários monarcas europeus, entre eles Luís XIV da França e Guilherme III da Inglaterra; não lhe deram, porém, como aliás era de se esperar, maior atenção. Propostas semelhantes seriam feitas, uns vinte anos mais tarde, por um aventureiro francês, o marquês de Langallerie; chegou ele a entrar em negociações – que se revelariam infrutíferas – com o embaixador turco em Haia (a Palestina, convém lembrar, era então uma possessão turca).

Passar-se-ia mais de meio século antes do assunto voltar à tona, trazido, entre outros, pelo príncipe Charles Joseph de Ligne (militar e homem de letras belga, que se celebrou com o famoso dito sobre o Congresso de Viena: “*Le Congrès danse très bien, mais ne marche pas.*”). Fora ele amigo íntimo e conselheiro do imperador José II da Áustria, falecido em 1790. Alguns anos depois, achando-se no trono austríaco o imperador Francisco II (com quem de Ligne já não gozava do mesmo prestígio), redigiu e fez publicar um longo memorando, em que argumentava que o restabelecimento de um Estado Judeu na Palestina traria benefícios não só àquele país e aos judeus que lá se encontrassem, como também melhoraria a situação dos judeus no resto do mundo. A repercussão alcançada foi extremamente reduzida.

Ainda no século XVIII personagens de relevo bem maior no cenário internacional demonstraram interesse pelo assunto. Um deles foi o príncipe Grigory Alexandrovitch Potemkin, célebre estadista, chefe militar, amante e consorte da imperatriz Catarina, a Grande. Odiando os turcos, desejava ardentemente – e esperava-o, mesmo, para futuro não muito remoto – a destruição do Império Otomano e, conseqüentemente, Constantinopla e os Estreitos em poder da Rússia. Alcançado isso, era sua opinião que Jerusalém não deveria mais permanecer em mãos dos infiéis. Então ser-lhe-ia possível remover da Rússia todos os judeus (por ele considerados como constituindo uma fonte de perturbações), encaminhando-os à Terra Santa, à qual, a seu ver, tinham pleno direito. Tinha Potemkin a certeza de que, uma vez de volta a seu próprio país, os judeus se tornariam completamente regenerados; previa, porém, que, antes que pudessem estabelecer-se firmemente e prosperar, teriam de guerrear bastante contra os infiéis. Daí

ser apressada por meio de permutações e combinações do Nome Divino; ou mesmo dos marranos fugitivos, por demais felizes se apenas chegavam a salvar a própria pele”.

sua decisão de criar um batalhão e posteriormente um regimento inteiramente judaicos. O esquadrão inicial desse exército judeu, posto sob o comando honorário do duque Ferdinando de Brunswick, recebeu a denominação de Israelovsky, chegando a ser submetido a um treinamento militar intensivo. Mas o Império Otomano subsistiria muito além da expectativa otimista de Potemkin – como é sabido, mostrou-se ainda mais renitente que o império czarista – e nada de prático adviria de suas providências pré-sionistas.

Subamos ainda mais na escala hierárquica dos personagens históricos, para alcançar aquele que foi, indiscutivelmente, a figura dominante de seu tempo: Napoleão Bonaparte. Em fins do século XVIII achava-se ele empenhado em sua campanha do Egito e Oriente Médio. A 20 de abril de 1799, durante o fracassado sítio de Acre, lançou uma proclamação convidando todos os judeus, “legítimos herdeiros da Palestina”, a se unirem às suas hostes “a fim de restabelecer a antiga Jerusalém”. Antes, porém, que seu apelo pudesse alcançar repercussão sensível em qualquer comunidade judaica de importância, viu-se Napoleão obrigado a se retirar do Oriente, desaparecendo assim de seu programa a ideia de reconstruir uma Palestina judaica.

Essa proclamação de Napoleão, não obstante seu nenhum efeito prático, constitui o primeiro documento importante dessa fase precursora do sionismo. Como encará-la? Para o professor Salo W. Baron, ela, “embora de pouca consequência imediata, simbolizava o reconhecimento pela Europa dos direitos judeus à Palestina”. Para Ben Halpern, os judeus foram considerados por Napoleão “como uma fonte que, devido à sua perene esperança de retornar à Terra Santa e reviver seu antigo Estado, poderia tornar-se um importante aliado político e financeiro das forças francesas”².

Temos sérias razões para duvidar da sinceridade de Napoleão e considerar sua proclamação como ato de puro oportunismo (o que, evidentemente, não diminui a importância intrínseca do documento). Anos depois, já imperador, impôs uma série de restrições, principalmente econômicas, aos judeus que lhe estavam sujeitos. Qualificava-os então

² Opinião idêntica foi manifestada em 1904 pelo rei Vítor Manuel III por ocasião de uma entrevista que concedeu ao líder sionista Theodor Herzl. Disse então o monarca italiano que Napoleão “queria apenas usar os judeus, que estão espalhados pelo mundo, como seu instrumento”.

como “gafanhotos que devastam a França” ou de “raça mais desprezível do mundo”.

Em 1806, querendo pôr à prova os judeus franceses, convocou Napoleão uma Assembleia de Notáveis, de 95 judeus, à qual submeteu, por escrito, uma série de 12 perguntas. E no ano seguinte convocou um Grande Sanedrim (que – com 71 membros, sendo 45 rabinos e 26 leigos – se reuniu em Paris sob a presidência do grão-rabino David Sintzheim, de Estrasburgo) para endossar as respostas dadas aos quesitos imperiais. Bastam algumas das perguntas para revelar claramente as intenções de Napoleão:

–Aos olhos dos judeus são os franceses considerados como seus irmãos?

–Os judeus nascidos na França, e tratados pelas leis como cidadãos franceses, consideram a França como seu país? Têm eles a obrigação de defendê-la?

Ao que foi respondido:

Os judeus não mais constituem uma nação separada e consideram sua incorporação à Grande Nação como um privilégio e uma redenção política. A França é nossa pátria, os franceses são nossos irmãos. Estamos prontos a defender a França até a morte.

Na Inglaterra foram numerosos os partidários de uma restauração judaica, encontrando-se adeptos desse ideal tanto em círculos literários e políticos quanto na esfera teológica. Os teólogos cristãos ingleses baseavam sua atitude em promessas contidas na Bíblia; entretanto, imbuídos também de intenso ardor missionário, tinham sobretudo a esperança de que os judeus, de volta à Palestina, se converteriam ao cristianismo. Entre esses teólogos podemos citar inicialmente James Bicheno, pastor e mestre-escola em Newbury, autor de uma obra sugestivamente intitulada *Restauração dos Judeus – A Crise de Todas as Nações* (1800). Pouco depois, Thomas Witherby publica sua *Tentativa para Remover Preconceitos Referentes à Nação Judaica*, defendendo a restauração do Estado Judeu na Palestina e a igualdade civil dos judeus nos outros países. E em meados do século XIX surgiram, de autoria de Arthur G. H. Hollingsworth, dois panfletos – um tratando da “evidência profética” sobre a restituição da Palestina aos judeus, em que se afirma poder o judeu na Palestina “sentir as energias imortais de sua raça e os altos destinos de seu futuro”; e o outro defendendo o ponto de

vista de que o estabelecimento de um Estado Judeu sob a proteção da Grã-Bretanha seria de grande utilidade para esta quanto à defesa da rota terrestre para a Índia.

No terreno literário os nomes são expressivos, a começar por uma figura-símbolo do romantismo: Lord Byron. Suas *Melodias Hebraicas*, inspiradas na Bíblia, contêm, segundo um crítico moderno, “os versos mais doces que ele jamais escreveu”. A seguir, em ordem cronológica, Benjamin Disraeli, cujo talento literário foi grandemente ofuscado pelo seu extraordinário talento político; apesar de convertido na infância ao anglicanismo, nunca negou ou escondeu sua ascendência judaica. (Certa vez, no Parlamento, respondeu com as seguintes palavras a uma observação insultuosa a ele dirigida: “Sim, sou judeu; quando os antepassados do nobre cavaleiro ainda eram brutos selvagens numa ilha desconhecida, os meus já eram sacerdotes no templo de Salomão”.) Desejoso de conhecer a terra de seu povo, fez em 1830 uma viagem à Palestina, deixando-lhe essa visita uma impressão profunda. De suas obras podemos destacar especialmente *David Alroy*, novela histórica inspirada na figura de um herói do Kurdistão, que viveu no século XII e era encarado por muitos judeus daquela época como um messias. Tratou também do assunto, e de maneira mais ampla, a conhecida romancista George Eliot (pseudônimo de Mary Ana Evans). Admiradora dos princípios morais do judaísmo, fez de uma das suas últimas obras, *Daniel Deronda*, uma apologia do povo judeu e um apelo contra o preconceito antijudaico. Desse romance extraímos o seguinte trecho, verdadeira profissão de fé sionista:

Então nossa raça terá um centro orgânico, um coração e um cérebro para guiar, cuidar e executar; o judeu ultrajado terá uma defesa na corte das nações, assim como o inglês ou o americano. E o mundo ganhará junto com Israel, pois haverá na vanguarda do Oriente uma comunidade carregando em seu seio a cultura e a simpatia de todas as grandes nações... A Visão aí está – ela será realizada.

Esse romance, segundo sua própria autora, foi recebido pela opinião pública inglesa com “muita repugnância, ou então indiferença”.

No terreno político a primazia na Inglaterra coube a Sir Moses Haim Montefiore, filantropo judeu e incansável defensor de seus correligionários perseguidos. Seu primeiro passo foi dado em 1838, junto ao vice-rei do

Egito, Mehemet Ali³, sob cujo controle se achava então a Palestina; a ele submeteu Montefiore – aliás sem maiores consequências – um projeto para a colonização judaica daquele país. Cerca de dois anos depois teve, em Constantinopla, uma entrevista com o sultão Abdul Mejid, do qual obteve um firmã⁴ que colocava – pelo menos teoricamente – os judeus do Império Otomano em pé de igualdade com os demais súditos; no mesmo documento era expressa formal desaprovação à acusação, recentemente lançada contra judeus sírios, de haverem cometido um assassinato ritual.

Esse caso de “assassinato ritual” merece ser sucintamente lembrado⁵. Em fevereiro de 1840 o superior de um convento de Capuchinhos em Damasco e seu criado desapareceram em circunstâncias misteriosas. O governador local, Sherif Pasha, instigado pelo cônsul francês Ratti Menton – que encontrou por esse meio oportunidade de extravasar seus sentimentos antijudaicos – acusou os judeus damasquinos de haverem assassinado o frade e seu criado com propósitos rituais. Vários judeus de destaque foram presos e submetidos a um brutal “interrogatório”, em consequência do qual dois deles sucumbiram. Uma delegação de judeus europeus, entre eles Sir Moses Montefiore e o advogado francês Adolphe Crémieux, dirigiram-se a Alexandria (a Síria achava-se ainda sob dominação egípcia) e ali obtiveram, em setembro de 1840, a libertação e reabilitação tácita dos prisioneiros.

Outro filantropo – este cristão – que se interessou por uma colonização judaica na Palestina foi Lord Shaftesbury. Sua simpatia pelos judeus era bastante relativa, limitando-se à Terra Santa. Assim, ao mesmo tempo que propugnava o retorno dos judeus àquele país, mostrava-se, do ponto de vista da política interna inglesa, fortemente hostil aos mesmos: opunha-se a que fossem elegíveis ao Parlamento, considerando isso “um insulto à cristandade”... E era membro destacado de uma Sociedade Londrina para Promover o Cristianismo entre os Judeus. Em 1839 o *Quarterly Review* publicou um ensaio de sua autoria intitulado “Situação e Perspectiva dos Judeus” em que afirmava achar-se o destino da nação

³ Na qualidade de vice-rei do Egito, Mehemet Ali era vassalo do sultão, o que não impedia uma forte e belicosa rivalidade entre ambos.

⁴ Firmã: ordem emanada de um soberano muçulmano.

⁵ Acusação idêntica – relacionada dessa vez ao assassinato, com requintes de selvageria, de um menino de 12 anos em Kiev – seria formulada, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, por autoridades czaristas, com a agravante de que tinham, desde o início, pleno conhecimento da sua falsidade.

judaica irrevogavelmente ligado à Terra Santa. No ano seguinte dirigiu ao Secretário do Exterior, Lord Palmerston (com quem era aparentado, pois sua esposa era enteada do ministro), um memorial sobre o mesmo assunto. Palmerston enviou então instruções ao vice-cônsul britânico em Jerusalém para que fosse concedida proteção oficial aos judeus na Palestina⁶.

Em 1841 foi endereçada a Palmerston uma petição assinada por 320 protestantes e católicos, na qual se lia que a Palestina “foi concedida pelo Soberano do Universo aos descendentes de Abraão como possessão permanente e inalienável há quase 4.000 anos, e nem conquistas nem tratados entre os homens podem atingir seus direitos à mesma”; nesse sentido pedia-se a intervenção do governo britânico. Em sua resposta declarou Palmerston que o governo britânico limitar-se-ia “a conseguir, para aqueles judeus que desejassem estabelecer-se na Palestina, completa segurança para suas pessoas e propriedades”. Mas para que ninguém se iludisse quanto à amplitude dessa “proteção”, o cônsul inglês James Finn, que esteve em Jerusalém de 1845 a 1862, chegou a ser várias vezes repreendido por seus superiores por se estar excedendo nos serviços prestados aos judeus residentes naquela cidade.

Procurou, contudo, Lord Palmerston, por iniciativa própria, persuadir o governo turco de que a colonização da Palestina pelos judeus seria vantajosa à própria Turquia. Assim, em despacho datado de 11 de agosto de 1840 e dirigido ao embaixador britânico em Constantinopla, Lord Ponsonby sugeriu o retorno dos judeus à Palestina sob a proteção do sultão, e explicava: “Mesmo que o encorajamento oferecido aos judeus pelo sultão não conduza na prática ao estabelecimento de grande número deles dentro dos limites do Império Otomano, ainda assim a promulgação de alguma lei em seu favor propagaria entre os judeus da Europa uma disposição amistosa para com o sultão, e o governo turco deve compreender de imediato como seria vantajoso à causa do sultão criar assim, por um único edito, amigos úteis em muitos países”. Palmerston voltaria a insistir no assunto mais três vezes, sem obter êxito.

Lord Palmerston foi, em seu tempo, uma figura de proa da política europeia. Qual o motivo do seu interesse pelos judeus? Simplesmente

⁶ Um vice-consulado britânico fora estabelecido em Jerusalém em 1838. O primeiro vice-cônsul, de nome Young, foi escolhido para o cargo por estar muito interessado na conversão dos judeus.

humanitário? Sobretudo filantrópico, como em Montefiore? Predominantemente religioso, como em Shaftesbury? Cremos que não. Afirmo o historiador inglês H. W. V. Temperley que sua motivação era exclusivamente política: encorajar os judeus da Palestina, e ulteriormente, talvez, de todo o Império Otomano, a encarar a Grã-Bretanha como protetora, de maneira semelhante à que os ortodoxos eram encorajados a olhar para a Rússia.

Convenhamos, porém, que seria preciso uma dose forte de idealismo ou misticismo (ou qualquer outro interesse motivador) para levar alguém do Ocidente a se fixar, naquele tempo, na Palestina. A devastação que sofrera na Idade Média (inclusive na época das Cruzadas) foi intensa, e os administradores otomanos, que se instalaram no século XVI, também nada fizeram para melhorar as condições do país. Foi ele descrito, por volta de 1830, por dois autores ingleses, John Carnet e M. Russell. O primeiro, em seu livro *Recordações de Viagens no Oriente*, informa ser a Palestina, de um modo geral, um país abandonado e semibárbaro⁷; o segundo, em obra intitulada *Palestina, a Terra Santa*, atribui as nada invejáveis condições do país ao estado de barbárie em que se achava submersa a maior parte da população (observou, contudo, que a Galileia poderia transformar-se num paraíso se lá vivesse um povo trabalhador).

Não obstante esses informes pouco animadores, continuariam a aparecer na Inglaterra adeptos de uma Palestina Judaica. Figura das mais interessantes foi o coronel Charles Henry Churchill, aparentado com a famosa família dos duques de Marlborough (antepassados de Sir Winston Churchill). É ele merecedor de uma referência um pouco mais extensa.

Nascido em 1807, revelou-se C. H. Churchill em sua mocidade, como Byron, um entusiasta da independência da Grécia. Ingressando na carreira militar participou, como integrante de uma Legião Anglo-Espanhola, da chamada Guerra Carlista (lutas pelo trono espanhol). Alguns anos mais tarde é designado para fazer parte da oficialidade da força

⁷ É curioso assinalar que o Dr. Walter Clay Lowdermilk, autoridade de renome mundial em conservação de solos, ao ver em 1939 os povoados da Transjordânia notou que eram “pouco diferentes” de uma aldeia árabe próxima a Jerusalém descrita por Carnet mais de cem anos atrás. Atribui o Dr. Lowdermilk a decadência em que se encontrava a Palestina a um retrocesso da agricultura ocasionado por frequentes invasões e exploração de administradores ignorantes.

expedicionária britânica que, aliada aos turcos, expulsou as tropas egípcias de Mehmet Ali da Síria. A caminho daquele país, fazendo escala na ilha de Malta (dezembro de 1840), teve Churchill oportunidade de conhecer Sir Moses Montefiore, oferecendo-se para levar qualquer encomenda sua a Damasco. Valendo-se dessa gentileza, confiou-lhe Montefiore um estojo contendo cópias do recente firmã do sultão, cartas e jornais, para serem entregues à comunidade judaica de Damasco. Lá chegando foi Churchill solenemente recepcionado por Raphael Farhi, líder da comunidade judaica local e um dos acusados de assassinato ritual. Após o banquete (que contou com a presença de elevado número de convidados) Churchill pediu a palavra para um discurso. Falando em francês, louvou a conduta exemplar e patriótica de Sir Moses Montefiore, expressou sua firme convicção de que a comunidade judaica da Síria cresceria em importância, e, referindo-se à nascente amizade anglo-judaica, disse em conclusão:

Possa este feliz encontro ser encarado como penhor dessa amizade e previsão de uma conexão e aliança entre os povos inglês e judeu que seja honrosa e vantajosa para ambos. Sim, meus amigos, havia em tempos passados um povo judeu afamado na arte e renomado na guerra. Esses belos vales e planícies, agora ocupados pelo árabe errante e selvagem, nos quais a desolação imprimiu sua marca férrea, já se regalaram outrora na fertilidade e abundância das colheitas, e neles ressoaram os cânticos das filhas de Sião. Possa estar próxima a hora da libertação de Israel. Possa a aproximação da civilização ocidental a essa terra interessante ser a aurora de sua regeneração e existência política; possa a nação judaica reivindicar outra vez o seu lugar entre as potências do mundo! Os descendentes dos Macabeus ainda se mostrarão dignos de seus ilustres ancestrais!

O auditório, emocionado, prorrompeu em gritos de... “Inshallah! Inshallah!” (Que Alá o conceda! Que Alá o conceda!)

De Damasco escreveu C. H. Churchill uma carta a Montefiore; nela recomendava aos judeus dirigir seus esforços “para a regeneração da Síria e Palestina”, e afirmava não haver dúvidas de que “acabariam obtendo a soberania de pelo menos a Palestina”, mas para isso aconselhava o início imediato de um movimento *pelos próprios judeus*. Montefiore encaminhou a carta – com cujas propostas, aliás, estava em desacordo – à Junta de Deputados dos Judeus Britânicos (da qual era presidente), e lá foi arquivada. A falta de receptividade que suas ideias (indubitavelmente

ousadas) encontraram entre os “judeus poderosos” da Inglaterra causou-lhe profunda decepção. Fixou então residência no Líbano, adotou o nome de Sharshar Bey, e passou durante algum tempo a se interessar grandemente pelos drusos...

Outro militar britânico que se preocupou com a mesma questão foi o coronel George Gawler, ex-governador da Austrália. Divulgou suas ideias num livro intitulado *Tranquilização da Síria e do Oriente*, e que tinha por subtítulo “Observações e Sugestões Práticas para o Estabelecimento de Colônias Judaicas na Palestina: o Remédio mais Sóbrio e Razoável para os Males da Turquia Asiática”. Sugeriu Gawler ao governo britânico promover a recolonização judaica da Palestina como meio de salvaguardar as linhas de comunicação e o comércio britânicos. E, deixando transparecer o entusiasmo que o animava, escrevia: “Eu ficaria verdadeiramente exultante em ver na Palestina uma poderosa força de judeus estabelecidos em florescentes colônias agrícolas e prontos a se manterem firmes nos montes de Israel contra todos os agressores”.

No mesmo ano em que surgia na Inglaterra o livro de Gawler (1845), um funcionário do serviço colonial britânico escrevia em Colombo (Ceilão) *Um Apelo em Favor da Nação Judaica Relacionado com a Política Britânica no Levante*; tratava-se de Edward L. Mitford. Após descrever a situação trágica dos judeus que viviam sob dominação muçulmana no Marrocos, propunha o restabelecimento dos judeus na Palestina sob uma espécie de protetorado britânico, tendo em vista posteriormente a formação de um Estado autônomo.

O Apelo de Mitford (também publicado em 1845) era escrito em linguagem simples mas não destituída de sentimento e ardor. Dele gostaríamos de salientar dois trechos. No primeiro o autor apela aos sentimentos humanitários da Grã-Bretanha para que esta se interesse também pela sorte dos judeus:

...pedindo para eles a caridade daquela nação cujo solo dá liberdade ao escravo⁸, e ao mesmo tempo proporciona um asilo aos reis em seu infortúnio⁹ –...onde sua proteção é mais reclamada, ali não há ajuda –

⁸ A 21 de agosto de 1833 o Parlamento inglês aprovou uma lei abolindo a escravidão em todas as possessões inglesas de além-mar.

⁹ Carlos X, rei de França, derrubado pela revolução de julho de 1830, refugiara-se na Inglaterra.

aos pés do trono britânico, onde todas as nações encontram esperanças e auxílio, deve somente o Israelita encontrar desamparo e desespero?

O segundo se nos afigura quase profético:

A Palestina, embora presentemente estéril e desolada, para restaurar sua fertilidade original precisa apenas de uma população ativa e trabalhadora, tão abundantes são suas vantagens naturais de solo e clima.

Pouco depois de se iniciar a segunda metade do século XIX vamos deparar novamente com nossos já conhecidos Lord Shaftesbury e Sir Moses Montefiore. De Shaftesbury partiu a sugestão, feita em 1854 a Lord Clarendon, Secretário do Exterior, para que fosse concedida a judeus a possibilidade de comprar terras na Palestina. Clarendon encaminhou-a ao embaixador britânico em Constantinopla. Daí resultou, no ano seguinte, obter Montefiore do sultão um novo firmã permitindo a compra de terras em determinadas áreas da Palestina. Adquiriu então Montefiore, com seus próprios recursos, terras nas áreas autorizadas (Jerusalém e Jaffa). Igualmente por iniciativa sua foram fundados um hospital e uma escola feminina em Jerusalém e estabelecidas colônias agrícolas em Safed e Tiberíade.

Mais três nomes podem ainda ser incluídos na relação dos precursores ingleses: 1º) o industrial Sir Edward Cazalet – assegurando que os judeus, embora dispersos e espezinhados, possuíam em si os elementos constitutivos de uma nação – propôs uma colonização judaica em larga escala sob proteção britânica, bem como o estabelecimento de uma universidade hebraica em Jerusalém (1878); 2º) o general Sir Charles Warren, que se dedicara a pesquisas arqueológicas na Palestina, sugeriu a formação de uma companhia destinada a obter do sultão uma concessão para o estabelecimento de judeus, com autonomia, naquele país (1879); 3º) o parlamentar Sir Laurence Oliphant – alegando contar com o apoio, entre outros, do primeiro-ministro Disraeli e do secretário do Exterior Lord Salisbury – planejou a colonização da Palestina por judeus, tentando obter para isso autorização do governo turco (1882)¹⁰.

¹⁰ A autorização não foi concedida, mas o próprio Oliphant transferiu-se para a Palestina, passando a residir numa pequena localidade próxima a Haifa.

Passemos aos Estados Unidos. Na primeira metade do século XIX o único nome a assinalar é o de Mordecai Manuel Noah, o “Dom Quixote judeu”. Homem de grande vitalidade e energia (mas “fanfarrão”, segundo Cecil Roth), de atividade multiforme – foi político, advogado, teatrólogo, diplomata (cônsul dos Estados Unidos em Túnis) e jornalista – procurou de início obter o apoio e simpatia de figuras influentes da política americana. Em resposta a uma solicitação sua, recebeu de John Adams (que fora o segundo presidente dos Estados Unidos) uma carta expressando grande interesse pela restauração judaica da Palestina, e em que se lia: “Gostaria realmente de ver os judeus de novo na Judeia, como uma nação independente”. Anos depois comprou Noah uma ilha no rio Niágara, perto da cidade de Buffalo, e convidou os judeus perseguidos de todo o mundo a lá se estabelecerem, formando uma comunidade autônoma. Por ocasião de uma imponente cerimônia inaugural, proferiu um discurso em que dizia: “Ao convocar os judeus para se reunirem sob a proteção da Constituição e das leis americanas,... quero declarar que este asilo é temporário e provisório. Os judeus nunca abandonarão a justa esperança de recuperar a posse de sua antiga herança”. Desse projeto (que não foi além da cerimônia de inauguração) resta um único vestígio – uma laje cinzenta de pedra, atualmente no porão da Sociedade Histórica de Buffalo, com a seguinte inscrição:

ARARAT
UMA CIDADE DE REFÚGIO PARA OS JUDEUS
FUNDADA POR MORDECAI MANUEL NOAH
NO MÊS DE TIZRI
SETEMBRO 1825 & NO 50.º ANO DA
INDEPENDÊNCIA AMERICANA

Em outubro de 1844 voltou Noah a se manifestar, proferindo em Filadélfia um discurso em que afirmava ser dever dos cristãos auxiliar os judeus a recuperar a terra de seus antepassados. Esse discurso, impresso sob o título *Discurso sobre a Restauração dos Judeus*, alcançou alguma repercussão, inclusive na Inglaterra, onde em virtude do mesmo o *Spectator* empreendeu uma campanha em prol da colonização judaica da Palestina.

Cabe aqui intercalar uma tentativa de colonização não judaica efetuada na Palestina, a nosso ver bastante ilustrativa das dificuldades existentes. George J. Adams, um pastor itinerante, predizendo a próxima segunda vinda de Cristo, conseguiu induzir mais de uma centena de pessoas a aguardar o magno acontecimento na Terra Santa. Criou assim em Jaffa, no ano de 1866, uma pequena colônia agrícola de cristãos americanos. A atitude do pastor Adams para com os judeus era cordial, chegando ele a convidá-los a se associarem à sua colônia, augurando-lhes um brilhante futuro. Vários judeus que também se encontravam em Jaffa viram em Adams e seus colonos um belo exemplo, e Meyer Hamburger, correspondente local de um semanário judaico da Prússia Oriental, redigiu para esse periódico um *Apelo aos Nossos Irmãos, os Filhos de Israel* em que perguntava: “Por quanto tempo ainda retrocederemos, permanecendo à margem, sem aprender dos não judeus?” E prosseguia:

Por que continuarmos a ser motivo de desprezo e chicota para os colonos americanos que sempre nos perguntam: “Por que vocês não compram algumas terras?” E quando respondemos que nossos irmãos, os Filhos de Israel, vivem no estrangeiro passando necessidades eles nos dizem: “Se cada pessoa desse somente 10 francos por ano, quantia que é despendida mensalmente em cigarros, seria possível comprar terra suficiente para sustentar no mínimo 60 famílias”. Que podemos responder?

E, no entanto, essa colônia fracassou. Os colonos, desapontados e deprimidos, foram gradativamente deixando Jaffa. O último a se retirar, no verão de 1868, foi o próprio Adams, que não mais retornou à Palestina devido às grandes dívidas que ali contraíra. Segundo Moshe Zachs (um judeu residente em Jerusalém) a principal causa do fracasso foi a falta de experiência e de recursos.

Surge agora o segundo vulto feminino desta história, significativamente também pertencente ao mundo literário: a poetisa judia Emma Lazarus. Foi ela em seu tempo figura destacada da vida intelectual americana, tendo sido também a primeira pessoa na América a advogar o aprendizado industrial para os judeus. Nos dias de hoje, porém, é lembrada quase que exclusivamente por um soneto – *The New Colossus*, dedicado aos refugiados sem pátria – que se encontra gravado na famosa Estátua da Liberdade à entrada do porto de New York. Em 1882 foram publicados seus *Cantos de um Semita*, obra dedicada a George Eliot e, cujos versos,

impregnados de emoção e esperança, apresentam acentuado cunho nacionalista judaico. No mesmo ano deu início a uma série de artigos, intitulados coletivamente *Epístolas aos Hebreus*, com os quais procurava levantar a consciência religiosa e nacional dos judeus americanos. E em 1883 escreveu para a revista *The Century* um artigo pedindo uma nacionalidade restaurada e independente para os judeus, bem como a sua repatriação para a Palestina.

Pouco depois da morte de Emma Lazarus (ocorrida em 1708), William E. Blackstone, de Oak Park, Illinois, visitou a Palestina. Estudando as condições do país concluiu que a ideia de se restaurar ali a autonomia e o governo judaicos era “exequível e sagaz”. Em março de 1891, na qualidade de presidente de uma conferência de cristãos e judeus realizada em Chicago, apresentou Blackstone a Benjamin Harrison, presidente dos Estados Unidos, e James G. Blaine, secretário de Estado, um memorial entre cujos signatários figuravam – além de prefeitos de grandes cidades, diretores de importantes jornais, congressistas, juristas, educadores e outras personalidades – os famosos magnatas J. Pierpont Morgan e John D. Rockefeller. Nesse memorial, fazendo referência à gravidade do problema constituído pela onda de refugiados judeus oriundos da Rússia, indagava-se: “Por que não restituir-lhes a Palestina?... Quando a cultivavam era um país notavelmente fértil, sustentando milhões de israelitas que lavravam laboriosamente suas encostas e vales... Um milhão de exilados apelam através de seus terríveis sofrimentos para nossa simpatia, justiça e humanidade”. Concluía fazendo um apelo ao presidente e ao secretário de Estado para que usassem “seus bons ofícios e influência” junto aos governos da Europa “a fim de assegurar a realização, em data próxima, de uma conferência internacional para estudar a situação dos israelitas e suas reivindicações sobre a Palestina como seu antigo lar”. O memorial foi arquivado.

Deixemos por ora os países de língua inglesa, ainda um tanto longe de desempenharem os papéis destacados que lhes caberiam na crônica do sionismo. Voltemos à França. O primeiro nome que surge na segunda metade do século XIX é o de Joseph Salvador, intelectual judeu cujas atividades literárias foram dedicadas quase que exclusivamente à história judaica e à defesa da religião israelita. Numa de suas obras, que tem por título *Paris-Roma-Jerusalém ou A Questão Religiosa no Século XIX*, pedia

a reunião de um congresso internacional com o objetivo de reintegrar o povo judeu em seu país de origem.

O secretário particular do imperador Napoleão III, Ernest Laharanne, também interessado no assunto, escreveu em 1860 um panfleto intitulado *A Nova Questão do Oriente*. Nele, após lembrar os serviços já prestados pela França aos judeus, libertando-os de seus guetos e conferindo-lhes igualdade política, dirige-se a eles com palavras vibrantes:

Chegou a hora de recuperardes vossa pátria até agora espezinhada na poeira pela Turquia, quer pelo processo pacífico da indenização, quer por outro meio. Contribuístes bastante para civilizar as nações, para impulsionar a Europa no caminho do progresso, para fazer e encorajar revoluções. Do agora em diante deveis pensar em vós mesmos, nos vales do Líbano, nas grandes planícies de Genesaré. Avante! Em vossa obra de regeneração nossos corações vos acompanharão, nossos exércitos vos auxiliarão. Avante, judeus de todos os países! A velha pátria vos chama, e nós nos orgulharemos de abrir suas portas a vós.

É bem possível que o próprio Napoleão III não estivesse alheio à questão, pois em princípios de 1866 o *Illustrated Christian Times* de Londres publicava a seguinte notícia:

Asseguram-nos de boa fonte que o imperador Napoleão convidou recentemente os principais judeus da França para uma conferência a respeito do retorno dos judeus à Terra Santa, havendo no decorrer da mesma se aprofundado no assunto e mostrado sua disposição de usar para esse fim seu poder e influência. Qualquer que seja o motivo, o simples fato de uma tal conferência constitui um significativo sinal dos tempos. O que não será ainda capaz de realizar esse homem misterioso?

Também o suíço Henri Dunant, o grande idealista fundador da Cruz Vermelha, cogitou de uma restauração judaica, e chegou a criar, em 1876, uma sociedade para promover a colonização judaica da Palestina; tal sociedade, contudo, não alcançou nada de prático, e isso principalmente devido à total indiferença das organizações judaicas de Paris, Berlim e Londres.

Mas já é tempo de dedicarmos um pouco de nossa atenção à Europa Central e Oriental. Lá um movimento para o retorno dos judeus à Palestina tomou vulto em meados do século XIX. Os principais expoentes desse

movimento, entretanto, achavam-se bem mais intensamente motivados do que os que advogavam a mesma medida na França, Inglaterra ou Estados Unidos. Eram eles impelidos não só por convicção religiosa ou por um sentimento de consciência nacional, mas, sobretudo, pela experiência pessoal que possuíam da intolerância, das dificuldades e dos perigos a que seu povo se achava exposto devido à sua situação de minoria indefesa onde quer que se encontrasse¹¹.

O primeiro dos precursores do sionismo nessa parte do mundo foi Zevi Hirsch Kalischer, rabino da cidade de Thorn (Pomerânia) e discípulo de famosa autoridade em assuntos talmúdicos, o rabino Akiba Eger. Já em 1830 dirigira-se Kalischer ao seu mestre expondo-lhe em carta a necessidade de um retorno à Palestina, e alguns anos depois iniciou correspondência sobre o mesmo assunto, com dois dos judeus mais ricos e influentes de seu tempo, o barão Amschel Meyer Rothschild e Sir Moses Montefiore. Em 1862 publicou *Em Busca de Sião*, expondo o ponto de vista – extraordinário e audacioso para um rabino daquele tempo – de que a salvação dos judeus, tal como predita pelos profetas, só poderia vir de um modo natural, por meio de esforço próprio, não necessitando de antemão o advento do Messias; tornava-se portanto mister empreender sem demora a colonização da Palestina. Achava ele que essa colonização deveria ficar a cargo de uma sociedade de judeus abastados, à qual competiria igualmente auxiliar na transferência de grande número de judeus da Rússia, Polônia e Alemanha para a Palestina. Propunha também a fundação de uma escola agrícola na Terra Santa para instruir rapazes e moças na lavoura e outros assuntos leigos, e, ainda, que os jovens judeus recebessem instrução militar, visando à proteção dos colonos contra ataques dos beduínos que, desde os tempos antigos, infestavam o território palestino¹². (Contudo, Kalischer

¹¹ Tem toda razão o professor Joseph Dunner quando afirma: “Através da História e em toda parte as minorias têm sido bodes expiatórios para os grupos majoritários – especialmente em épocas de crise econômica, política ou psicológica. A posição dos judeus no mundo cristão pode ser melhor compreendida quando se dá atenção a esta simples verdade. O judeu, banido de seu lar nacional, um estranho sem pátria, tem sofrido em todas as épocas porque ele representa a mais conspícua e a mais ubíqua das minorias”.

¹² Pouco antes de Kalischer – e cremos que sem conhecimento deste – outra figura interessante de rabino, Judah Bibas, de Corfu, declarara ser tempo dos judeus aprenderem a usar armas para conquistar sua liberdade na Palestina. E ia além, afirmando ser necessário acrescentar aos estudos sacros os estudos leigos, ou até mesmo desprezar os primeiros em

acreditava que a colonização da Palestina e o cultivo de seu solo de acordo com os preceitos bíblicos seriam uma etapa preparatória para o advento dos tempos messiânicos).

Apoiado por outros rabinos, entre eles alguns ocupando posição de relevo na comunidade judaica alemã, convocou Kalischer na mesma cidade onde exercia suas funções religiosas (atualmente Torun, na Polônia) uma conferência laico-rabínica, submetendo-lhe o seu plano. Inspirado nele foi estabelecida pelo Dr. Hayim Lourie uma sociedade colonizadora em Francfort-sobre-o-Oder, mas devido a dificuldades de natureza local foi a mesma depois transferida para Berlim, tomando então a denominação de Sociedade para a Colonização da Terra de Israel (1864).

Foi ainda em atendimento a insistentes pedidos do rabino Kalischer que a Alliance Israélite Universelle¹³ deu seu primeiro passo de natureza prática na Palestina, estabelecendo em 1870, nas proximidades de Jaffa, a primeira escola agrícola da Palestina: Mikveh Israel. Com relação a essa escola não deve ser esquecido o nome de Charles Netter, um dos fundadores da Alliance e membro de seu Comitê Central. Para instalar o educandário, obteve ele a indispensável permissão do sultão e, ainda mais, a doação pelo governo turco do terreno necessário ao empreendimento. Não satisfeito com isso, permaneceu vários anos em Mikveh Israel, supervisionando pessoalmente a instalação e o funcionamento dessa importante instituição.

Na Alemanha merece especial destaque a figura do socialista Moses Hess. Ainda jovem ingressara na política, como orador e jornalista. Colaborou com Marx e Engels, rompendo com eles após a publicação do *Manifesto Comunista* (1848)¹⁴; transferiu-se então para Paris, onde passou a se dedicar a um estudo acurado da questão judaica. Foi contudo na

favor dos segundos, pois se a Bíblia era a dieta normal dos judeus quando são, as ciências profanas constituíam um remédio a ser tomado quando doentes.

¹³ Essa sociedade, surgida na França em 1860, havia sido criada com o objetivo de ajudar judeus perseguidos a readquirir sua liberdade. Achavam seus fundadores que a melhor maneira de emancipar era por meio da educação. Sua primeira escola foi fundada em 1862 em Tetuã, no Marrocos (então espanhol). Paralelamente à sua notável obra cultural dedicou-se também a Alliance a uma ação política em defesa dos direitos das minorias judaicas.

¹⁴ Cerca de 15 anos depois tornar-se-ia Hess amigo íntimo de Ferdinand Lassalle, o fundador do movimento social-democrata alemão, com quem cooperaria ativamente durante algum tempo.

Alemanha que apareceu, em 1862, sua obra mais importante: *Roma e Jerusalém* (o título provém de uma comparação que o autor faz entre o *Risorgimento* italiano, que Hess apoiara com entusiasmo, e as aspirações nacionais judaicas). Afirmava Hess, logo no prefácio do livro (que pretendia inicialmente denominar *O Renascimento de Israel*) que “nenhum povo moderno, lutando por sua pátria, pode negar ao povo judeu o direito à sua própria terra sem envolver-se na mais fatal incoerência”. O problema judeu, dizia ele, não podia ser dissociado dos movimentos nacionalistas surgidos após a Revolução Francesa. Com o progresso do liberalismo e da ciência dar-se-ia uma regeneração das nações historicamente civilizadas, elevando-se as pequenas nacionalidades oprimidas ao nível das poderosas e dominantes – para os judeus, porém, essa regeneração só poderia ocorrer em sua antiga pátria¹⁵. Mantinha Hess que o povo judeu preservara sua nacionalidade em sua religião, ambas inseparavelmente unidas na inalienável terra ancestral; os judeus não constituíam apenas um agrupamento religioso (conforme apregoado pela imensa maioria dos rabinos, que sacrificavam assim o ideal nacionalista) e sim uma nação em separado (“destinada a ser ressuscitada”) e o judeu que negasse isso seria não só um traidor de seu povo como também um apóstata, um renegado religioso. Eis algumas de suas afirmativas, textualmente transcritas:

Um solo comum é uma condição primordial para a criação, entre os judeus, de relações mais sadias de trabalho. O homem social, assim como as plantas e os animais sociais, necessita para seu crescimento de um solo amplo e livre; sem isso ele se rebaixa, até atingir o estado de parasita que se alimenta à custa de outros.

...A aquisição de um solo ancestral comum, o empenho em conquistar condições legais sob as quais o trabalho possa progredir, a fundação – de acordo com os princípios mosaicos, isto é, socialistas – de empresas judaicas de agricultura, indústria e comércio, estes são os alicerces sobre os quais se reerguerá o judaísmo no Oriente, dos quais surgirá outra vez o fogo do antigo patriotismo judaico, e pelos quais todo o judaísmo se reanimará.

¹⁵ Um dos fatores que levaram Hess a propugnar tal solução para o problema judaico foi o Caso Mortara, ocorrido em Bolonha em 1858: Edgardo Mortara, então com 7 anos, tendo sido batizado durante uma enfermidade por uma enfermeira católica, foi violentamente retirado do convívio de sua família por gendarmes papais e instruído na religião católica, de nada valendo protestos vindos do mundo inteiro. (Adulto, Edgardo Mortara tornou-se padre; veio a falecer, na Bélgica, em 1940).

Alcançou essa obra, entre o judaísmo ocidental, uma considerável repercussão, quase toda ela desfavorável. Só mais tarde seria reconhecida a importância de Hess (um dos primeiros a lhe dar o devido valor foi Herzl, o fundador do sionismo político, que a seu respeito escreveria: “Desde Spinoza não produziu o judaísmo maior gênio do que o esquecido Moses Hess”); hoje em dia é qualificado, com justiça, como o “pai do sionismo socialista”¹⁶. Seus restos mortais foram transferidos, em outubro de 1961, para solo israelense e ali enterrados no cemitério do Kibbutz Kinneret, às margens do lago de mesmo nome e um dos mais antigos do país (sua fundação data de 1908).

À medida que nos deslocamos do centro para o leste da Europa, mais opressivas vão-se tornando as condições de vida dos judeus. Uma das formas de reação encontrada foi a adesão, pelos intelectuais, a um movimento chamado Haskalah (palavra hebraica significando “esclarecimento”), por meio do qual esperavam conseguir a emancipação do povo judeu.

Esse movimento fora iniciado na Alemanha, na segunda metade do século XVIII, pelo filósofo Moses Mendelssohn (com sua tradução, para o alemão, do Pentateuco); tinha por objetivo “modernizar” a vida judaica, principalmente através da educação, fazendo com que os judeus adotassem a língua, a cultura, os costumes e a maneira de vestir dos países onde se encontrassem – ficariam assim aptos a receber completa igualdade civil. Preconizava ainda a Haskalah o ingresso de judeus em todos os ramos de atividade e seu consequente desligamento do comércio e das finanças. Achavam seus adeptos na Rússia, talvez com excessiva ingenuidade, que se naquele país fossem aplicados tais métodos a situação dos milhões de judeus russos teria inevitavelmente de melhorar. (Não se pode negar que uma “modernização” era realmente necessária aos judeus da Europa Central e Oriental, habituados a viver em guetos materiais e espirituais, sob o controle de um clero em geral retrógrado e obscurantista¹⁷.)

¹⁶ Não deixa de ser oportuno salientar, como o fez Hayim Greenberg, que nem Moses Hess nem Lassalle (também judeu) viam qualquer contradição entre seu credo socialista e suas convicções religiosas, pois “foi Marx o primeiro a tentar estabelecer uma conexão filosófica entre socialismo e materialismo ateu”.

¹⁷ No dizer de Barnet Litvinoff: “Seus bastiões contra o progresso eram seus próprios livros sagrados, transformados após longos anos de estudo mecânico em objetos tanto de reverência quanto de superstição”.

Paradoxalmente, porém, os intelectuais partidários da Haskalah propagavam sua doutrina em hebraico, inaugurando assim o ressurgimento desse idioma nos tempos modernos¹⁸. Entre os expoentes desse movimento na Rússia podem ser lembrados Abraham Mapu (considerado um dos fundadores da novela hebraica, autor do romance histórico *Amor de Sião*, que lida com aspectos do Israel bíblico) e Jehudah Leib Gordon (poeta, autor do poema épico *Entre os Dentes do Leão*, descrevendo a resistência heroica de Jerusalém diante dos romanos), além de outros escritores, poetas e grande número de professores. Exerceram eles considerável influência nos meios intelectuais, e especialmente entre estudantes secundários e superiores; suas ideias podiam ser resumidas na seguinte sentença de J. L. Gordon: “Seja em casa um judeu e fora dela um homem”.

A propagação do “esclarecimento” na Rússia era intensa (e as reformas “liberais” de Alexandre II haviam dado maior impulso ao movimento), mas em março de 1881 ocorreu um fato que causou o seu rápido declínio e extinção: o assassinato de Alexandre II, esfaqueado por uma bomba numa rua de São Petersburgo. Sucedeu-o no trono seu filho Alexandre III, inepto e inerte, “imensa criança barbuda”, “idiota corado” ou “augusto imbecil” de força descomunal (era capaz de vergar uma ferradura com a mão), completamente dominado pela figura sinistra e maligna do seu ex-tutor, o ultrarreacionário Constantin Pobiedonostsev. Não tardou o novo czar a deixar transparecer seu ódio aos judeus, sobre os quais se desencadeou violenta onda de terror, não raro com participação ativa da polícia. As populações judaicas de Kiev, Odessa, Varsóvia e numerosas outras cidades foram vítimas de pavorosos pogromes, cuja instigação oficial parece estar fora de dúvida. Os soldados incumbidos da “pacificação” faziam-na de má vontade, e quando um general se queixou disso ao czar obteve como resposta: “Eu próprio fico satisfeito quando se bate nos judeus”. Várias carreiras lhes foram interditadas (não lhes permitam, por exemplo, ser funcionários públicos nem oficiais do exército), a instrução dificultada¹⁹, e estavam proibidos de adquirir ou alugar

¹⁸ Todavia, um movimento de objetivos praticamente idênticos, a Sociedade para a Difusão do Esclarecimento entre os Judeus da Rússia (organizada em 1863) visava fazer do russo o idioma das massas judaicas.

¹⁹ Lembrava Itzhak Ben-Zvi (segundo presidente de Israel) em reminiscências de sua juventude na Rússia: “Sob o regime czarista não era fácil um judeu ser aceito como aluno de ginásio”.

propriedades fora das zonas urbanas bem como de dedicar-se a trabalhos agrícolas. A consequência foi um empobrecimento nas regiões onde os judeus se achavam compulsoriamente confinados, enchendo-se as cidades de indigentes e ficando não raro sujeitas a epidemias. A desilusão entre os seguidores do “esclarecimento” foi total e muitos se converteram ao ideal nacionalista; alguns, porém, encontraram uma solução mais simples: emigraram para os Estados Unidos.

Mas já antes dos massacres de 1881 (só no outono desse ano haviam sido mortos na Polônia e Ucrânia cerca de 15 000 judeus) alguns partidários da Haskalah haviam mudado de orientação. Assim, em 1860, um jornalista, David Gordon, escreveu diversos ensaios sobre o nacionalismo judaico em relação ao renascimento da Palestina. Atuação bem mais destacada, porém, teria o escritor Peretz Smolenskin que num artigo de revista revelou seu programa de combater “não apenas os fanáticos da velha escola que se escondem sob o manto do dogma religioso, mas igualmente aqueles hipócritas esclarecidos que procuram com palavras melífluas alienar os filhos de Israel de sua herança ancestral”. Em 1873 apareceu sua novela *O Povo Eterno*, contendo, num esboço de movimento nacionalista judaico, uma nobre mensagem – a de que esse nacionalismo era inteiramente compatível com a realização do ideal de fraternidade universal entre os homens. Não se limitou, contudo, Smolenskin a trabalhos teóricos e, entre suas realizações práticas, avulta sua ativa colaboração para a fundação, em Viena, em 1882, da primeira organização estudantil judaica de caráter nacionalista: a Kadimah.

Outro intelectual, o escritor, jornalista e filósofo Eliézer Perelmann – mais conhecido como Eliezer Ben-Yehuda – expôs em 1879 o ponto de vista de que qualquer renascimento espiritual judaico seria vão se a Palestina não viesse a se tornar um centro nacional. No ano seguinte redigiu ele, para um mensário vienense, uma série de artigos defendendo, além do retorno dos judeus à Palestina, também a restauração do hebraico como língua viva, própria para uso cotidiano. À tarefa do renascimento do idioma hebreu dedicaria Ben-Yehuda o resto de sua vida²⁰; em 1881 fixou residência na Palestina e lá produziu seu monumental *Dicionário de Hebraico Antigo e Moderno* que, sendo um completo repositório do tesouro

²⁰ Ben-Yehuda faleceu em 1922.

linguístico acumulado pelos séculos, continha também inúmeras palavras novas, cunhadas pelo autor, hoje em dia de uso corrente.

E já após os pogromes de 1881, o escritor Moses Leib Lilienblum (autor de uma dramática descrição autobiográfica da vida no gueto, intitulada *Erros da Mocidade*), observando a fuga de judeus russos para a América, chamou atenção para o fato de não ser essa uma solução adequada para a questão judaica e iniciou uma campanha a favor do ideal nacionalista, para o qual contribuiu com um pequeno livro intitulado *O Renascimento do Povo Judeu na Terra de Seus Antepassados*.

Chegamos assim a setembro de 1882, data a nosso ver marcante na história do pré-sionismo. Assinala o aparecimento na Rússia de um panfleto, publicado em Berlim e escrito em alemão (isso porque seu autor encontrava mais facilidade de expressão nessa língua do que em russo). Título: *Autoemancipação*. Subtítulo: “Uma Advertência a Seus Irmãos, por um Judeu Russo”. Autor: Leon Pinsker, um médico altamente conceituado e popular de Odessa. Escrito em linguagem fácil, objetiva, por vezes dramática, constituía uma análise penetrante e repassada de amargura da situação judaica. Dizia Pinsker: “Não somos considerados uma nação entre outras nações, e não temos voz alguma no conselho das nações, nem mesmo em assuntos que nos dizem respeito. Nossa pátria é um país estranho, nossa unidade a dispersão, nossa solidariedade a hostilidade geral contra nós, nossa arma a submissão, nossa defesa a fuga”. E adiante: “Os judeus são o povo eleito do ódio universal... Eles em toda parte estão em evidência e em lugar nenhum estão em casa”. Por isso, por serem estranhos onde quer que se encontrassem, por não possuírem nem território nem governo próprios, não constituindo uma nação independente, é que os judeus eram desprezados. A emancipação política não bastaria para elevá-los na estima dos outros povos (“ser espoliado por ser judeu ou precisar de proteção por ser judeu é igualmente vergonhoso”). “Não é Emancipação que o povo judeu precisa e sim Autoemancipação, deixar de ser um povo morto e ter vontade própria de ser uma nação”. Havia um só remédio: criar (ou melhor, recriar) uma nacionalidade judaica, de um povo vivendo em seu próprio solo – isto constituiria a autoemancipação dos judeus, sua emancipação como nação entre as nações pela aquisição de um lar próprio. Todavia, para alcançar tal objetivo, teriam os judeus de contar apenas com suas próprias forças, não devendo esperar qualquer auxílio de governos ou confiar no progresso da civilização. Que não se contentassem em

permanecer sempre como a cinderela das nações; era preciso que abandonassem, de uma vez por todas, a ideia ilusória de que com sua dispersão estavam cumprindo uma missão da Providência.

É interessante notar que Pinsker a esse tempo não visava especificamente a Palestina (embora mais tarde viesse a mudar de opinião). Escrevia ele então:

O alvo de nossos esforços deve ser não a Terra Santa mas sim “uma terra própria”. Precisamos para nossos irmãos apenas de um pedaço de terra que ficará como propriedade nossa e da qual nenhum dominador estrangeiro nos poderá expulsar. Para lá levaremos nossas mais sagradas posses, salvas do naufrágio de nossa antiga pátria – a ideia de Deus e a Bíblia. Foram essas somente que fizeram de nossa velha pátria a Terra Santa, e não Jerusalém e o Jordão. Talvez a Terra Santa volte a ser nossa. Se assim for, tanto melhor, mas antes de tudo deve-se determinar – e é este o ponto fundamental – qual o território que nos é acessível e ao mesmo tempo capaz de proporcionar aos judeus que sejam obrigados a abandonar seus lares um refúgio incontestável e seguro, e que possa tornar-se produtivo... Em vez de muitos lugares de refúgio, como sempre tivemos a tendência para procurar, visariamos um único refúgio, cuja existência, contudo, teria de ser politicamente assegurada.

Como foram aceitas as ideias expostas nesse panfleto? Alguns – poucos – se entusiasmaram, mas predominaram as reações de crítica ou ceticismo. Vamos encontrar uma reação tipicamente ilustrativa no diálogo a seguir transcrito entre o Dr. Pinsker e o Dr. Adolf Jellinek, conforme relatado por este a um semanário vienense (o Dr. Jellinek, líder espiritual da comunidade judaica de Viena e autor de diversas obras eruditas, fora amigo do pai de Leon Pinsker).

Jellinek – Pensei que fosse uma espécie de brincadeira, mas não é. Chega a ser ridículo para um homem altamente educado, para um filho de Simhah Pinsker.

Pinsker – Não vejo qualquer outra solução.

J. – Mas o progresso, a civilização! A Rússia não poderá permanecer sempre tão reacionária como agora.

P. – Isso não adiantaria.

J. – O senhor está febril. O senhor precisa de um remédio, e se eu fosse médico receitar-lhe-ia um imediatamente.

P. – Mas não sou eu mesmo médico? Sofro, realmente, mas não de qualquer distúrbio mental. Estive pensando durante anos sobre esse problema. Não há outra solução.

J. – Deus Todo-poderoso, Dr. Pinsker! Se o senhor está doente assim é melhor consultar um de seus colegas em Viena.

Não obstante tais reações, a situação se modificava. Em lugar do “esclarecimento”, afogado em sangue, surgiram na Rússia outros movimentos, de caráter nacionalista. Tornaram-se conhecidos pelos nomes de Amigos de Sião e Bilu (letras iniciais de palavras de um versículo de Isaías: “Vinde, ó casa de Jacó, e caminemos na luz do Senhor”). Seus adeptos reuniam-se secretamente – caso descobertos pela polícia estariam sujeitos a prisão – para estudar o hebraico e discutir a colonização da Palestina. Integravam esses novos movimentos escritores, médicos, professores, rabinos e, talvez os mais fervorosos, estudantes universitários.

No mesmo ano do aparecimento de *Autoemancipação* divulgavam os membros do Bilu um manifesto que concluía da seguinte maneira:

O que desejamos:

1. Um Lar em nosso país. Este nos foi dado por Deus, e encontra-se registrado como nosso nos arquivos da História.

2. Pedi-lo ao próprio Sultão; sendo impossível consegui-lo, pedir que ao menos possamos tê-lo como um Estado dentro de outro Estado, e que a administração interna seja nossa, que tenhamos nossos direitos civis e políticos, agindo em conjunto com o Império Turco somente em política externa.

Esperamos que os interesses de nossa gloriosa nação despertarão o espírito nacional nos ricos e poderosos, e que todos, ricos ou pobres, darão o melhor de seus esforços à causa sagrada.

...Ouve Israel, o Senhor nosso Deus, o Senhor é Único, e nossa Terra, Sião, é nossa única esperança. Que Deus esteja conosco!

Os Amigos de Sião propagaram-se, de modo bastante rápido, por outras partes da Europa, atingindo inclusive a América do Norte. Um dos primeiros países onde o movimento se enraizou foi a Romênia; ali os termos do Tratado de Berlim, de 1878, que garantiam a liberdade civil e

religiosa eram cinicamente ignorados²¹, sendo a situação dos judeus em nada melhor que a de seus correligionários russos.

Não foram poucos os adeptos desses movimentos que se transferiram para a Palestina. Assim, já em julho de 1882, dez jovens russos filiados ao Bilu fundaram ao sul de Jaffa uma colônia à qual deram o sugestivo nome de Rishon-le-Zion (Primeira em Sião)²². Em dezembro do mesmo ano foram estabelecidas mais duas colônias agrícolas, Rosh Pina (a nordeste de Safed), Zikhron Yaakov (esta, ao sul de Haifa, fundada por judeus romenos em terreno acidentado e pedregoso). E no ano seguinte surgiram mais três núcleos – um deles formado por judeus poloneses – todos subsistentes. Mas as dificuldades que esses pioneiros tinham de enfrentar superavam as expectativas mais pessimistas: desacostumados com o clima e trabalhos físicos pesados, ignorando as técnicas agrícolas, expostos aos ataques dos beduínos, sem moradia adequada e muitas vezes até mesmo sem água potável, sofriam ainda da falta de fundos. Teriam inevitavelmente de abandonar o empreendimento não fora o auxílio, amplo e oportuno, que lhes veio prontamente de uma conhecida figura do judaísmo francês – de nome quase lendário no mundo moderno – e que ocupa lugar de inegável relevo dentre os que construíram os alicerces do Estado Judeu: o barão Edmond de Rothschild²³. Sua contribuição inicial, feita logo no ano de 1882, consistiu numa doação de... 30 000 francos (verdadeira fortuna para a época), que serviu como salva-vidas lançado às colônias ameaçadas de iminente submersão, e foi seguida pelo envio de especialistas franceses em vinicultura, professores e médicos. Não se limitou, contudo, a prestar ajuda às colônias já estabelecidas – adquiriu terras (cerca de 125 000 acres), drenou pântanos, fundou colônias, criou e financiou escolas, hospitais e sinagogas.

O que levou Rothschild a se interessar pela Palestina? Algumas versões atribuem a causa à intervenção de outras pessoas junto ao famoso banqueiro. Ele próprio, porém, explicou:

²¹ O artigo 44 desse tratado estipulava especificamente a emancipação dos judeus.

²² Do pequeno núcleo de apenas 10 moradores a localidade cresceria até tornar-se, em 1948 (ano da independência), uma pequena cidade com mais de 10 000 habitantes. Em 1961 sua população atingia a 28 500 habitantes.

²³ Afirma o professor Norman Bentwich: “... o barão Edmond... será lembrado, juntamente com Herzl, Weizmann e outros construtores, entre os fundadores do Estado”.

Todos cometem o erro de presumir que eu me associei aos esforços em prol da Palestina porque alguns judeus da Rússia se encontraram comigo. A verdade é que cheguei àquela ideia muito antes, ao observar o rápido crescimento da assimilação entre os judeus da França, especialmente os casamentos mistos. Vi grandes famílias, outrora bastiões do judaísmo, se afastarem de nós. Seus filhos e os filhos de seus filhos abandonam o rebanho, e o judaísmo, pelo qual lutamos milhares de anos em nossa história, está-se desintegrando. Cheguei à conclusão de que devemos achar um país onde o judaísmo possa continuar desenvolvendo-se de acordo com o espírito dos nossos grandes profetas. E vi que o único lugar era a Palestina, onde todo pedaço de terra, toda faixa de solo, na cidade e no campo, estão repletos de recordações dos grandes e eternos feitos dos nossos profetas. Quis encontrar uma síntese entre os sofrimentos dos judeus e a preservação do judaísmo. E compreendi que o velho método de estabelecer na Palestina yeshivot²⁴ dedicadas apenas ao estudo da Lei não poderia continuar, pois qualquer coisa que não esteja intimamente relacionada com as atualidades da vida social não pode durar muito. É por isso que procurei ligar a conservação e o desenvolvimento do judaísmo com a consolidação do trabalho agrícola produtivo na Palestina.

Também os Amigos de Sião, com os modestos recursos de que dispunham, faziam o que lhes era possível para dar alguma ajuda financeira às colônias estabelecidas na Palestina. Mas dentro dos próprios círculos dirigentes do movimento não faltavam críticos e restrições. Assim é que o escritor russo Asher Zvi Ginzberg – mais conhecido como Ahad Ha-Am (o que significa Um do Povo) – negava ser a Palestina, nas condições em que se achava, adequada a uma imigração em massa, chegando até a pôr em dúvida a capacidade dos judeus de se tornarem bons agricultores. Para ele o problema fundamental não era melhorar a existência física dos judeus e sim preservar e desenvolver o espírito judaico de modo a tornar a Palestina um centro espiritual dedicado ao ressurgimento da língua e da cultura hebraicas²⁵. O objetivo básico, segundo Ahad Ha-Am, tinha de ser moral: a emancipação dos judeus da degradação espiritual produzida pela assimilação.

²⁴ Escolas religiosas destinadas ao estudo da Lei judaica.

²⁵ Não há dúvida, porém, que Ahad Ha-Am considerava o seu “centro espiritual” como uma etapa intermediária que deveria necessariamente preceder o estabelecimento do Estado. Sua doutrina veio a constituir o chamado sionismo espiritual ou cultural.

Para levar avante suas ideias, fundou Ahad Ha-Am, em 1889, a Ordem dos Filhos de Moisés; era uma sociedade secreta, organizada em moldes maçônicos, visando à constituição de um grupo de homens devotados, além de à causa nacional, à cultura hebraica. Na Palestina um grupo de Filhos de Moisés oriundo da cidade russa de Bialistok e sob a chefia de um rabino fundou, em março de 1890, o povoado de Rehovoth; deve-se ainda a essa Ordem (que em 1896 seria dissolvida devido a uma crise interna provocada pelo choque de opiniões e personalidades) a criação em Jaffa da primeira escola hebraica feminina e várias outras escolas hebraicas junto a colônias agrícolas.

Ao se aproximar o fim do século XIX observa-se uma certa aceleração no ritmo da colonização da Palestina. Novas colônias iam surgindo, duas em 1890 destinadas a um grande desenvolvimento: em setembro Mishmar Hayarden (na parte norte da Galileia, bem próximo à atual fronteira com a Síria), fundada por judeus russos com auxílio financeiro do barão Rothschild; e em dezembro Hadera, em zona pantanosa da Samaria, onde muitos dos primeiros colonos morreram vitimados pela malária até que, graças a mais uma providencial intervenção do barão Rothschild, a região foi saneada através de uma extensa plantação de eucaliptos.

Ainda com relação ao barão Rothschild é interessante assinalar que, de início, procurou ele manter-se no anonimato, pois era de opinião que se os judeus soubessem que um Rothschild se achava interessado na colonização da Palestina, provavelmente não mais se esforçariam, deixando tudo por conta dele. Mas o incógnito durou pouco. Diria ele próprio:

Os colonos descobriram minha identidade e criaram-me inúmeras dificuldades; chegaram até a me processar. Temia eu também que os governos antijudaicos comessem a expulsar os judeus sob a alegação de que havia um Rothschild para cuidar deles e levá-los à Palestina... Não consegui manter meu nome em segredo, mas sempre acreditei, e ainda acredito, que a publicidade é algo muito perigoso e que as grandes tarefas podem ser melhor realizadas em sossego. À frente dos grandes empreendimentos devem ficar realmente grandes homens, mas permanecendo no anonimato.

Cabe aqui intercalar uma curiosa tentativa de fundação de um Estado Judeu realizada por um alemão protestante, Paul Friedmann. De ascendência judaica, interessou-se grandemente pela sorte dos refugiados

judeus da Rússia. Conhecendo os obstáculos opostos pelo governo do sultão aos imigrantes judeus na Palestina, julgou que iniciando a colonização em lugar próximo evitaria as dificuldades relacionadas com aquele país. Escolheu então a terra bíblica de Midiã, na península do Sinai. Obtida a aquiescência das autoridades egípcias e de Lord Cromer, cônsul-geral britânico no Egito, adquiriu Friedmann na Inglaterra um iate a vapor ao qual deu o nome de *Israel*. Em novembro de 1891 – arvorando pavilhão austríaco e com 46 pessoas a bordo – zarpou de Southampton e no mês seguinte aportava em Suez. Esse empreendimento, entretanto, fracassou quase que de imediato, não só devido a sérios incidentes ocorridos com alguns “pioneiros” que não se deram bem com a disciplina prussiana imposta por Friedmann no acampamento, como também por causa de uma intervenção militar e diplomática turca²⁶.

Em 1892 foi oficialmente proibida a imigração judaica na Palestina. Havia, contudo, a possibilidade de burlar essa proibição, por meio do clássico, tradicional – e na administração otomana praticamente infalível – processo do suborno. E a população judaica da Palestina ia crescendo: de aproximadamente 25 000 em 1880, já 15 anos depois atingia o dobro. Mas as condições de vida continuavam bem difíceis e em 1894 um médico russo escrevia a um amigo em Genebra:

Faz agora três anos que estou na Terra Santa e Abençoada, a qual, estritamente entre nós, não é em nada santa mas sim profana e afligida por toda sorte de moléstias, e não é abençoada mas sim amaldiçoada.

...Cuido de quatro colônias e há bastante serviço. No verão os pacientes são muito numerosos, chegando a cem ou mais por dia... Os tempos são tão ruins que tudo me desgosta.

Ocasionalmente, porém, há alguma satisfação. Por vezes veem-se raios de esperança que se extinguem e reaparecem. Eles cativam o coração e enganam os olhos como fogos-fátuos. Mas, apesar disso, que resta senão essa esperança? Não sinto mais saudade da Rússia, e a Europa me parece tão fria, tão estranha. Aqui se está, de certo modo, em casa. Se houvesse apenas um pouco mais de ordem e menos febre,

²⁶ Essa “expedição judaica” de Friedmann foi considerada na época suficientemente significativa para figurar na correspondência diplomática dos Impérios Austro-Húngaro e Alemão (o representante austríaco no Cairo qualificou-a como tendo “o sabor de uma opereta”). Seu fracasso teve repercussões posteriores, contribuindo sensivelmente para um outro fracasso, mais de dez anos depois: o do plano de El-Arish, em 1903.

e não fora a vileza da administração local, as coisas melhorariam gradativamente. Existem aqui verdadeiros trabalhadores judeus, existem beduínos judeus, existem mesmo ladrões judeus e existem judeus que não temem os beduínos. Pode-se encontrar um judeu que é camponês e um judeu que é taberneiro. Mas tudo se acha por enquanto em estado caótico, e teremos ainda que lutar muito.

Por volta de 1895 os dias dos Amigos de Sião achavam-se praticamente contados. Não obstante a grande utilidade que tivera o movimento, familiarizando os judeus com a ideia do retorno a Sião e recrutando os primeiros grupos de pioneiros, seus métodos eram muito morosos e quase improvisados, sua organização pequena e pouco representativa, e seus recursos por demais escassos²⁷. Em seu lugar surgira um movimento muito mais amplo, muito mais representativo, muito mais eficiente: o sionismo político ou, simplesmente, o movimento sionista.

²⁷ O Comitê de Odessa, principal órgão dirigente do movimento continuaria, porém, em atividade até 1919, quando foi dissolvido por ordem das autoridades soviéticas.